

# Jornal da ANPPREV/SINPROPREV

Informativo da Associação Nacional dos Procuradores Federais da Previdência Social  
e do Sindicato Nacional dos Procuradores Federais da Previdência Social

## XVI CONPPREV foi sucesso absoluto

O XVI CONPPREV e I Encontro Luso-Brasileiro da Advocacia Pública, realizado entre os dias 22 e 28 de abril, pela primeira vez em Portugal, teve a marca indelével do sucesso absoluto. Mais de 180 congressistas, entre Procuradores e acompanhantes, participaram da programação nas cidades de Lisboa, Coimbra e Porto. Realizado pela ANPPREV, com a participação da Comissão da Advocacia Pública (CNAP) e Comissão de Relações Internacionais da OAB, o evento teve com um dos pontos altos a conferência na Universidade de Coimbra. Leia mais destaques do CONPPREV nesta edição.



## ANPPREV e Fórum abrem mesa de negociação salarial com MPOG

A presidente da ANPPREV, Meire Monteiro, participou no dia 12 de maio juntamente com os demais representantes do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, de reunião com o Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento (SRH/MPOG), Dr. Duvanier Paiva Ferreira. Na audiência foi apresentada a pauta de reivindicações da advocacia pública a

saber: 1) PEC 443/09 e 452/09; 2) recomposição salarial de preferência ainda este ano; 3) vencido o item 2, a necessidade de implementar medidas necessárias para que o aumento seja inserido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), cujo prazo final é o dia 31 de agosto. Veja na página 2.



## Carlos Mota é condecorado com Medalha Miranda Lima

O vice-presidente da ANPPREV Carlos Mota foi agraciado com a Medalha Miranda Lima, condecoração instituída pela Seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. A solenidade de entrega da comenda ocorreu no dia 25 de maio durante as comemorações dos 51 anos da OAB/DF.

A Medalha Miranda Lima homenageia personalidades ou entidades que tenham se destacado por mérito ou por relevantes serviços prestados à OAB, à Justiça, ao Direito e à cidadania.

Carlos Mota foi condecorado por sua atuação no exercício do mandato de deputado federal e também na presidência da ANPPREV.

Representantes dos três poderes da República também foram agraciados com a Medalha. Entre os condecorados, o Advogado-Geral da União, Ministro Luís Inácio Lucena Adams.

## Editorial

# XVI CONPPREV proporciona troca de experiências e cooperação acadêmico-jurídica

Em mais uma iniciativa de vanguarda, a ANPPREV, entidade de que tenho a honra e a nobre missão de presidir, realizou em Portugal, entre os dias 22 a 28 de abril, o XVI CONPPREV – Congresso dos Procuradores Federais da Previdência Social juntamente com o I Encontro Luso-Brasileiro da Advocacia Pública.

Na edição deste ano, cujo tema foi “Advocacia de Estado no Contexto Internacional – Intercâmbio Brasil/Portugal”, mais de 180 participantes estreitaram laços de amizade, trocaram experiências e puderam se comprometer com o cultivo de uma cooperação acadêmico-jurídica ainda maior da Advocacia Pública e Privada entre Brasil e Portugal.

Durante o XVI CONPPREV, fomos recepcionados por exce-

lentes anfitriões, dentre os quais o professor Antônio Avelãs, cuja atuação em prol do evento foi altruísta. O pronto atendimento de nossas sugestões, como a visita guiada à Universidade de Coimbra, uma das mais antigas e nobres instituições de ensino da Europa e do mundo, seguida da audiência com o magnífico Reitor Doutor João Manoel Silva, engrandeceu o Congresso e mostrou a relevância do conteúdo programático eleito pela ANPPREV.

Estendemos de igual modo nossos agradecimentos às demais personalidades ilustres do



Direito e da Justiça portuguesas, como o Bastonário da Ordem dos Advogados de Portugal, Dr. Marinho Pinto, o Diretor da Faculdade de Direito de Coimbra, Dr. António Justo e o Procurador-Geral Adjunto em Coimbra, Dr. Euclides Dâmaso.

Do Brasil, não poderia deixar de render agradecimentos a grandes profissionais das Advocacias Pública e Privada, incluindo o Chefe da Advocacia-Geral da União, Ministro Luís Inácio Adams, a representante do Conselho Federal da OAB, Dra. Márcia Melaré, o Presidente da Seccional da OAB no Distrito Federal, Dr. Francisco Caputo, o

ex-Presidente da OAB Federal César Britto, a CNAP - Comissão Nacional da Advocacia Pública e a Comissão de Relações Internacionais da OAB Federal, além da OAB/DF, AGU, grupo de Coimbra e OA do Porto.

Por último, sou grata pelo apoio e incentivo dos dirigentes da ANPPREV, Antonio José Pelágio Lobo e Campos, Antonio Rodrigues da Silva, Carlos Domingos Mota Coelho, Jeanete Tamara Praude, Maria Nazaré Fontenele Frota, Sérgio Henrique Dias Garcia, Sueli Aparecida Dias de Medeiros, Vera Lúcia Miranda Sarmet, sem os quais dificilmente o XVI CONPPREV teria alcançado o sucesso imensurável que obteve.

**Meire Lucia Gomes**  
**Monteiro Mota Coelho**  
Presidente da ANPPREV

## Campanha Salarial: dirigentes do Fórum Nacional realizam reunião com SRH/MPOG

A presidente da ANPPREV, Meire Monteiro, participou no dia 12 de maio de reunião na Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento (SRH/MPOG) juntamente com os demais representantes do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal. A SRH foi representada pelo seu titular, Dr. Duvanier Paiva Ferreira, e pela Dra. Marcela Tapajós e Silva, Diretora do Departamento de Trabalho (DERET).

Os representantes do Fórum Nacional assinalaram que a Advocacia Pública Federal encontrava-se ali para apresentar e reiterar ao MPOG três pontos de grande importância:

- 1) a PEC 443/09 e 452/09;
- 2) a recomposição salarial de preferência ainda este ano; e
- 3) vencido o item 2, a necessidade de se agilizar as medidas necessárias para que o aumento seja inserido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), cujo prazo final é dia 31 de agosto.

### PEC 443/2009

No encontro, a ANPPREV e o Fórum reforçaram ao Dr. Duvanier que a pauta básica é a implementação imediata dos valores constantes da PEC 443/09. Não iria se discutir a tramitação da PEC, mas a aprovação dos valores contidos na proposta.

Foi reiterado que a recomposição remuneratória ocorra ainda este ano, especialmente levando-se em consideração ao menos a necessidade de repasse da inflação.

Por fim, o Fórum insistiu na necessidade de adequação desse procedimento com o prazo final da LDO, ou seja, dia 31 de agosto.

Ainda no encontro, foram lembradas as relevantes vitórias conseguidas pela Advocacia Pública (obras do PAC, Belo Monte, Crédito-Prêmio IPI), a razoabilidade da posição do governo em favor da PEC 452/09, bem como o pagamento dos honorários advocatícios.

### POSICIONAMENTO DO MPOG

Ao responder, o secretário de Recursos Humanos fez questão de assinalar, sem rodeios e de forma direta que, para o MPOG, quem representa e se manifesta em nome da Advocacia Pública Federal é o Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal. Resaltou, inclusive, que essa posição é pública e oficial. Salientou a importância de ser “um” Fórum em que se pode dialogar de forma ampla com várias entidades.

Duvanier registrou que conhecia a PEC 443/09 e que irá buscar dentro do governo uma posição oficial. Com relação à PEC 452/09, também se comprometeu a se inteirar melhor da proposta. O secretário, porém, afastou a possibilidade de aumento ainda este ano.

### AUMENTOS FUTUROS

No que diz respeito a aumentos futuros, Duvanier salientou que o governo anterior promoveu não

só aumentos, mas uma reestruturação remuneratória de algumas carreiras, e que esse fator ainda se encontra presente, que os ganhos ainda estão presentes.

Ainda com relação a aumentos futuros, o secretário afirmou que o governo não tem por enquanto uma posição oficial e que está atento ao prazo da LDO. Disse que no dia 31 de maio haverá nova reunião com todas as entidades representativas de diversas carreiras quando “provavelmente poderá” apresentar algo neste sentido.

Afirmou que o Fórum Nacional já está convidado e que essa reunião não exclui a possibilidade de haver “reuniões específicas” para tratar de assuntos atinentes a cada carreira, de cada segmento, como a Advocacia Pública.

Com essas informações, o Fórum Nacional, colegiado do qual a ANPPREV tem a honra de integrar, reitera seu compromisso histórico da defesa das quatro Carreiras da Advocacia Pública Federal.

# XVI CONPPREV realizado em Portugal supera expectativas

**O**XVI CONPPREV - Congresso dos Procuradores Federais da Previdência Social juntamente com o I Encontro Luso-Brasileiro da Advocacia Pública, realizados em Portugal entre os dias 22 a 28 de abril, superou expectativas.

Nesta edição, cujo tema foi "Advocacia de Estado no Contexto Internacional – Intercâmbio Brasil/Portugal, a ANPPREV contou com o apoio e a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Ordem dos Advogados de Portugal e do Fórum Nacional da Advocacia Pública.

Mais de 180 congressistas participaram do evento, que teve programação nas cidades de Lisboa, Coimbra e Porto. Realizado pela ANPPREV, Comissão da Advocacia Pública (CNAP) e Comissão de Relações Internacionais da OAB, o evento teve como um dos pontos altos a Conferência na Universidade de Coimbra, ocorrida em 26 de abril.

## ABERTURA

A abertura da parte institucional do XVI CONPPREV, teve início na manhã do dia 25, teve início com o pronunciamento da presidente da ANPPREV, Meire



Monteiro, e contou com a presença e participação de ilustres profissionais das Advocacias Pública e privada, como o Advogado-Geral da União, Ministro Luís Inácio Lucena Adams, o Adjunto do Advogado-Geral da União, José Weber Holanda Alves, a Adjunta do Advogado-Geral da União, Rosangela Silveira de Oliveira, o Consultor Jurídico do Ministério do Planejamento, Wilson de Castro Júnior, a representante do Conselho Federal

da OAB, Dra. Márcia Melaré, e o presidente da Seccional da OAB no Distrito Federal, Dr. Francisco Caputo.

Também prestigiaram os trabalhos personalidades do Direito e da Justiça portuguesa, como o Bastonário da Ordem dos Advogados de Portugal, Dr. Marinho Pinto, o Diretor da Faculdade de Direito de Coimbra, Dr. António Justo, e o Procurador-Geral Adjunto em Coimbra, Dr. Euclides Dâmaso.

## CONFERÊNCIAS

Durante o XVI CONPPREV foram realizadas palestras do Advogado-Geral da União, ministro Luís Inácio Adams; da presidente da ANPPREV, Meire Monteiro, que também preside a Comissão da Advocacia Pública da OAB; além de representantes, professores e acadêmicos da Universidade de Coimbra.

O evento prosseguiu até quinta-feira, 28 de abril, com atividades em Lisboa e nas cidades de Coimbra e Porto. Entre os destaques, a visita guiada pelo professor Dr. António Avelãs e dirigentes da Faculdade de Direito de Coimbra às instalações da Universidade, seguida de audiência com o Magnífico Reitor Doutor João Manoel Silva.

No encerramento do congresso, foi divulgada a Carta do XVI CONPPREV que aprova a realização de acordos de cooperação internacional, de cunho acadêmico e/ou administrativo, de maneira a promover o intercâmbio entre membros das advocacias pública e privada, do Brasil e de Portugal, visando a aquisição de experiência prática nos moldes exercidos em cada um desses países.



# Congressistas participam de atividades

**N**a terça-feira, 26 de abril, segundo dia do XVI CONPPREV e I Encontro Luso Brasileiro da Advocacia Pública, as atividades concentraram-se na histórica Universidade de Coimbra.

Ao abrir os trabalhos, a presidente da ANPPREV, Meire Monteiro, agradeceu o apoio e carinho dos colegas portugueses da Universidade na recepção da comitiva brasileira. “De fato, é motivo de muita honra e emoção estar na Universidade de Coimbra, cuja história remonta ao século XIII, que foi fundada em 1290, como um berço de ideias e discussões que já contavam com o Direito Canônico e o Direito Civil. Sejam todos bem-vindos a esta ‘casa’ do pensamento jurídico”.

## IMPORTÂNCIA DA ADVOCACIA PÚBLICA

Em seu discurso, a presidente da ANPPREV fez um resgate da história da Advocacia Pública no Brasil e falou da necessidade de demonstrar à sociedade e a outros entes da Administração Federal brasileira que a própria implementação de políticas públicas no Brasil está atrelada ao serviço prestado pela advocacia pública, já que somente é possível fazê-la através da segurança de que os atos necessários a sua consecução estejam em consonância com os princípios da Constituição da República.

Com a exposição, Meire



Monteiro esclareceu aos compatriotas portugueses as competências da Advocacia-Geral da União, destacando o assessoramento aos gestores públicos na árdua tarefa de executar os planos de governo, cujo ‘consumidor final’ é o cidadão.

“Apesar de sermos o ter-

ceiro maior contingente de advogados do mundo, ainda parecemos ‘insuficientes’ para lidar com o crescente número de demandas que atinge hoje a casa dos setenta milhões de processos”, revelou a presidente da ANPPREV.

Neste escopo, no âmbito



# idades na Universidade de Coimbra

específico da AGU, completou Meire Monteiro, “podemos apontar o compromisso aplaudível desta Instituição com a disseminação da cultura de pacificação e a correspondente mudança do paradigma da judicialização”.

## MUDANÇA DE PARADIGMA

Esta nova cultura se concretiza, segundo Meire Monteiro, “por meio da instauração da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF), que tem proporcionado a solução administrativa de demandas judiciais entre os próprios entes públicos, com foco na resolução profunda do conflito. Com isso, evita-se o ajuizamento de novas demandas para o nosso já assoberbado Judiciário”.

Apresidente da ANPPREV também comentou que a AGU está concebendo um anteprojeto de Lei de Responsabilidade do Estado como instrumento alternativo para a solução de conflito entre o cidadão e o Estado. O objetivo é também o de evitar a sobrecarga judicial nas contendas em que estão evidentes o direito daquele e a responsabilidade deste.

Ato contínuo, os 180 congressistas assistiram a palestras do Advogado-Geral da União, ministro Luís Inácio Lucena Adams, da representante do Conselho Federal da OAB, Dra. Márcia Melaré, bem como de Docentes da Faculdade de Direito da



Universidade, destacando-se o Dr. António Avelãs, grande responsável pelo contato e recepção naquela cidade.

## VISITA GUIADA

Ainda no dia 26, os participantes tiveram a rara e preciosa oportunidade de fazer uma visita guiada pelas instalações da Universidade de Coimbra, o que incluiu a Sala do Senado, Sala dos Capelos, Capela de S. Miguel, Biblioteca Joanina e Museu da Ciência; tendo a delegação de dirigentes da ANPPREV, representantes da OAB, como o presidente da Seccional da OAB no Distrito Federal, Dr. Francisco Caputo, e da Advocacia Pública nacional sido recebidos pelo próprio Reitor, Dr. João Gabriel Silva, e pelo Diretor da Faculdade de Direito, Dr. António Justo.

No encerramento dos trabalhos em Coimbra, os congressistas receberam certificado em nome da Universidade, pela participação no I Encontro Luso-Brasileiro da Advocacia Pública.

## VISITA À CIDADE DO PORTO

No dia 27 de abril, os congressistas foram recepcionados pelo Presidente da Ordem dos Advogados da Cidade do Porto, onde puderam conhecer o Tribunal da Relação do Porto, casa recursal do Poder Judiciário lusitano, um Tribunal Superior onde são julgados os recursos provenientes da Justiça de primeira instância.

# “Europa neoliberal e a crise do capitalismo” foi tema de debate no XVI CONPPREV

Entre as trocas de experiências e aprendizados alcançados durante o XVI CONPPREV, destacamos a palestra “A Europa neoliberal e a crise do capitalismo”, ministrada pelo professor doutor António Avelãs.

A palestra, proferida da tribuna da Universidade de Coimbra, uma das mais antigas e respeitadas instituições de ensino da Europa e do mundo, teve conteúdo extremamente relevante para os participantes do evento ao fazer abordagem histórica do modelo neoliberal, apontando falhas da estratégia econômica capitalista desde os idos de sua auto-imposição à União Europeia e os seus reflexos negativos até o momento atual.

Segundo António Avelãs, “o Tratado originário da atual União Europeia foi assinado em Roma em 1957. Estávamos ainda no período áureo do keynesianismo e das políticas keynesianas. Mas, por mais estranho que pareça, a verdade é que foram as concepções liberais, em matéria de política econômica, as inspiradoras do Tratado de Roma.”

Didático na fala e conhecedor profundo do temário da palestra, o professor Avelãs não titubeou ao afirmar que “a natureza dirigente dos Tratados estruturantes da UE é manifesta e admite-se, entre outros aspectos, a propriedade pública de certas empresas desde que o estado-empresário se comporte como um empresário capitalista”.

## RUPTURA DE TRATADOS

E foi além: “Se em algum país da UE ganharem as eleições partidos que queiram construir uma sociedade socialista, só poderão fazê-lo em ruptura com os Tratados.”

Quanto à ajuda estatal para a recuperação ou reestruturação de empresas públicas ou privadas, “as linhas orientadoras definidas pela Comissão Europeia não deixam qualquer dúvida: só autorizam a intervenção do estado nas situações em que um investidor privado racional, atuando numa economia de mercado, adotasse uma idêntica decisão de apoio financeiro.”

E prosseguiu: “neste tempo de grandes contradições, a vida mostra que o homem não deixou de ser o lobo do homem. Mas os ganhos



A palestra de António Avelãs (na foto entre o ministro Adams e a presidente Meire Monteiro) abordou temas muito relevantes relacionados ao modelo neoliberal adotado na Europa

de produtividade resultantes da revolução científica e tecnológica que tem caracterizado os últimos duzentos e cinquenta anos de vida da humanidade dão-nos razões para acreditar que podemos construir um mundo de cooperação e de solidariedade, um mundo capaz de responder satisfatoriamente às necessidades fundamentais de todos os habitantes do planeta.”

Quanto à globalização neoliberal observada e vivida atualmente em grande parte do mundo, “tem de ser entendida como um projeto político levado a cabo de forma consciente e sistemática pelos

grandes senhores do mundo, apoiados, com nunca antes na história, pelo poderoso arsenal dos aparelhos produtores e difusores da ideologia dominante, responsáveis pelo totalitarismo do pensamento único.”

## DESENVOLVIMENTO E NOVAS RELAÇÕES SOCIAIS

Para Avelãs, é inegável que o desenvolvimento científico e tecnológico conseguido pela civilização burguesa proporcionou um aumento meteórico da capacidade de produção e da produtividade do trabalho humano, criando

condições mais favoráveis ao progresso social.

No entanto, defende e sustenta Avelãs, “este desenvolvimento das forças produtivas só carece de novas relações sociais de produção, de um novo modo de organizar a vida coletiva, para que possamos alcançar o que todos buscam: a felicidade.”

## MUDANÇAS PELA SOCIEDADE

E continuou: “mas também sabemos que as mudanças necessárias não acontecem só porque nós acreditamos que é possível um mundo melhor: o voluntarismo e as boas intenções nunca foram o motor da história. Essas mudanças hão de verificar-se como resultado das leis de movimento das sociedades humanas.”

Ao final, Avelãs apresentou um posicionamento otimista frente ao neoliberalismo e capitalismo selvagem. “Apesar das nuvens negras dos dias que passam, quero acreditar que o direito ao sonho e à utopia tem hoje mais razão de ser do que nunca. Afinal, o progresso científico e tecnológico tem vindo a confirmar a utopia que transparece no Anti-Dühring: a humanidade há de um dia saltar do reino da necessidade para o reino da liberdade. Como nos dizem os versos da belíssima canção de Chico Buarque, “apesar de você, amanhã há de ser outro dia”.

## Agradecimento

A presidente da ANPPREV, Meire Monteiro, enviou uma carta de agradecimento pelo apoio e esforço empreendido pelo Professor António Avelãs, imprescindíveis para o sucesso do XVI CONPPREV. Ao receber o documento, Dr. Avelãs retribuiu com a seguinte mensagem:

“Minha Querida Amiga,

Obrigado pela sua mensagem. Fico feliz por ver que os vossos objetivos, nomeadamente no que se refere ao evento realizado na Faculdade de Direito de Coimbra, foram alcançados. Fico igualmente muito satisfeito por saber que se sentiram bem em Coimbra. Pela minha parte, fiz os possíveis para que tudo corresse bem. Mas não têm nada que me agradecer. Para mim, é sempre um prazer poder colaborar com pessoas ou entidades brasileiras e poder ajudar, dentro das minhas possibilidades, para aproximar os nossos dois povos, que, para mim, é como se fosse um só. Peço-lhe me considere sempre ao seu dispor e da ANPPREV. Deixa-lhe saudações amigas, António Avelãs Nunes”.

# Conselho Federal da OAB enaltece atuação da Advocacia Pública durante o XVI CONPPREV

Como representante do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Ophir Cavalcante Jr., a Secretária-Geral-Adjunta do Conselho Federal da OAB, Dra. Marcia Machado Melaré, fez um belo discurso enaltecendo a Advocacia Pública durante sua participação no XVI CONPPREV.

“O papel que assume o Advogado Público, seja ele Advogado da União, Procurador do Estado, Procurador do Município, Procuradores Federais da Previdência, será sempre de Advogado do povo, profissionais que velam pelo interesse da coletividade, pela aplicação e cumprimento da vontade geral corporificada na lei”, sustentou.

Nesse sentido, disse Marcia Melaré, “não pode, e não deve haver em sua atuação o resquício de subserviência ao interesse subjetivo de alguém, principalmente, do governante episódico, mas somente, a reverência à lei e ao interesse coletivo.”

## PRINCÍPIOS NORTEADORES

No entendimento de Marcia Melaré, a “Administração Pública tem, em todos os níveis, a atuação do Advogado Público, que deve velar, dentre outras funções, pelo cumprimento dos princípios que



lhe são inerentes, em especial o princípio da legalidade, que deve se contrapor a quaisquer tendências de exacerbação personalista dos governantes. Opor-se a todas as formas de poder autoritário, desde o absolutista contra o qual irrompeu, até as manifestações caudilhescas ou messiânicas.”

E ressaltou a ilustre palestrante, “os Advogados Públicos, que assumiram esse compromisso ao iniciarem o desempenho das funções de seus cargos, devem praticá-lo exacerbadamente, pois de sua ação exemplificadora irão se tornar agentes transformadores da cultura na prestação de serviços públicos.

## HONORÁRIOS E LIBERDADE DE ATUAÇÃO

Ainda em seu discurso, Marcia Melaré destacou o posicionamento da OAB em favor dos honorários de sucumbência, uma das bandeiras históricas da ANPPREV, e o não cerceamento da liberdade de atuar dos Procuradores.

“E por reconhecer a relevância da Advocacia Pública na sociedade, na preservação dos interesses da coletividade, e por ser a OAB a sua casa natural, a nossa entidade tem se posicionado pelo direito ao recebimento de honorários de sucumbência, pois trata-se de um direito alimentar do advogado.

E continuou: “defende, também,

a independência técnica da Advocacia Pública, não podendo ser responsabilizado e sofrer cerceamentos internos, salvo quando comprovados dolo e má fé.”

Dra. Marcia Melaré também defendeu a liberdade, primado da advocacia. “Sem ela o advogado se torna refém de todo o sistema ou dos governos que são transitórios. Limitá-lo é limitar a própria Justiça, é negá-la em última instância. A independência é tão cara à advocacia quanto a liberdade à democracia.”

## INDEPENDÊNCIA DA ADVOCACIA

Ao final do seu discurso, Dra. Marcia Melaré defendeu ainda a independência técnica da Advocacia Pública ao afirmar que o advogado “não pode ser responsabilizado e sofrer cerceamentos internos, salvo quando comprovados dolo e má fé.”

Em suas últimas palavras, enalteceu a missão desempenhada pelos advogados na história da humanidade: “somos todos, irmanamente, potenciais protagonistas de um mundo mais justo já que temos o poder de trabalhar, dentro de nossa profissão, pela igualdade entre os cidadãos, quer por gênero ou raça, e pelas liberdades democráticas.”

## Congressistas encerram trabalhos e aprovam Carta do XVI CONPPREV

Na tarde de quinta-feira, 28 de abril, os participantes do XVI CONPPREV visitaram o Tribunal da Relação do Porto. Em seguida, foi formalizado o encerramento institucional do evento com a aprovação da Carta do XVI CONPPREV, realizado nas cidades de Lisboa, Coimbra e Porto - Portugal, entre os dias 25 e 28 de abril.

Entre as deliberações aprovadas na Carta, destaque para a realização de acordos de cooperação internacional, de cunho acadêmico e/ou administrativo, de maneira a promover o intercâmbio entre membros das advocacias pública e privada, do Brasil e de Portugal, visando a aquisição de experiência prática nos moldes exercidos em cada um desses países. Confira a íntegra a Carta.

### CARTA DO XVI CONPPREV

A Associação Nacional dos Procuradores Federais da Previdência Social - ANPPREV, através de seus associados, bem como de participantes e congressistas reunidos no XVI Congresso dos Procuradores Federais da Previdência Social - CONPPREV, no I Encontro Luso Brasileiro da Advocacia Pública e II Congresso Internacional, realizados entre os dias 25 e 28 de abril de 2011, nas cidades de Lisboa, Coimbra e Porto, em Portugal, após reflexões e intensos debates sobre o momento vivido pela Advocacia Pública Nacional, e considerando os novos paradigmas mundiais de integração, intercâmbio e expansão de informação e conhecimento, além dos temas de relevância para a categoria, adotaram as seguintes deliberações:

I – Realizar acordos de cooperação internacional, de cunho acadêmico e/ou administrativo, de maneira a promover o intercâmbio entre os membros das advocacias pública e privada, do Brasil e de Portugal, visando a aquisição de experiência prática nos moldes exercidos em cada um desses países;

I.1 – Estabelecer, através de tais acordos, os termos do intercâmbio acadêmico e profissional a ser realizado futuramente entre a Universidade de Coimbra, a Faculdade de Direito dessa douda Universidade e o Ministério Público de Portugal, a Advocacia-Geral da União e a ANPPREV;

II – Estimular e promover o intercâmbio e a integração dos advogados do Brasil e de Portugal, bem como dos demais países líberos e de língua portuguesa, de maneira a contribuir com os

novos vínculos acadêmicos, jurídicos e políticos internacionais, nos moldes da interação global do século XXI;

III – Promover esforços visando a integração internacional dos conhecimentos jurídicos adquiridos pelos profissionais da Advocacia Pública nacional, a serem partilhados e divulgados para profissionais de outras nações;

IV – Reforçar de maneira construtiva e participativa a relação entre a Advocacia-Geral da União, a Ordem dos Advogados do Brasil e a Ordem dos Advogados de Portugal, com o objetivo de promover o constante diálogo e a integração entre essas duas valorosas instituições;

V – Estimular o ineditismo e a inovação nos eventos relacionados à discussão de questões públicas, nos moldes do atual CONPPREV, que, pela primeira vez, abordou a questão da colaboração internacional com vistas à aquisição e divulgação de conhecimentos jurídicos;

VI – Prosseguir, através do acompanhamento e da conduta proativa, à defesa das prerrogativas da Advocacia Pública, seja por meio do diálogo entre as entidades representativas de classe, seja na vigilância profícua das proposições legais afetas aos interesses profissionais da categoria.

São essas as principais conclusões do XVI Congresso Nacional dos Procuradores da Previdência Social – CONPPREV.

Lisboa, Coimbra e Porto - Portugal, 28 de abril de 2011.

# Acompanhamento das ações judiciais

## DIFERENÇA DE 3,17% - AÇÃO 17ª VARA FEDERAL

Aguardamos para breve a decisão judicial acerca do pedido de liberação da contribuição previdenciária retida. Informaremos o resultado e a expedição para pagamento do 3º precatório.

## DIFERENÇA DE 3,17% MS 6019 - STJ

Estamos providenciando a divisão do processo em blocos de 25 autores atendendo determinação judicial. Ao mesmo tempo, como estamos pleiteando um acordo para pagamento mais rápido como ocorreu com a ação ordinária.

## FGTS

A Caixa continua alegando que não pode calcular os juros por não dispor

de informações anteriores ao tempo em que passou a gerenciar o Fundo pela Caixa Econômica.

## TERÇO DE FÉRIAS – ISENÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA 1

O pedido de isenção da contribuição previdenciária incidente sobre um terço de férias foi julgado procedente pela 8ª Turma do TRF 1ª Região. No momento os autos estão aguardando o julgamento dos embargos de declaração interposto pela União.

## TERÇO DE FÉRIAS – ISENÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA 2

Na ação da 9ª Vara Cível os autos irão conclusos para sentença. Acredi-

tamos que a sentença será favorável. Informaremos o resultado.

## 28,86%

Estamos próximo do encerramento do processo de conhecimento. Em decisão monocrática o relator do Recurso Especial negou seguimento ao apelo. Houve interposição de Agravo Regimental o qual acreditamos será resolvido sem maiores delongas. Aguardem notícias. Transcorrida esta fase entraremos com o pedido de execução.

## ANUÊNIOS

Foi autorizada a expedição das requisições de pagamento faltantes. As RPV's serão pagas em até 60 dias. Estamos acompanhando e informaremos acerca do pagamento.

## EXPEDIENTE

Endereço: SAS - Qd. 6 - Bl. K - Ed. Belvedere - Grupo 4  
Brasília-DF - CEP: 70070-915 Telefone: (61) 3322-8564 - Fax: (61) 3225-4288  
www.anpprev.org.br anpprev@anpprev.org.br  
Editado por F4 Comunicação

### CONSELHO EXECUTIVO

**Presidente** - MEIRE LUCIA GOMES MONTEIRO MOTA COELHO  
**Vice-Presidente Executivo** - CARLOS DOMINGOS MOTA COELHO  
**Vice-Presidente de Finanças e Patrimônio** - ANTONIO RODRIGUES DA SILVA  
**Vice-Presidente de Administração** - AUGUSTO BRITO FILHO  
**Vice-Presidente de Comunicação e Relações Públicas** - JEANETE TAMARA PRAUDE  
**Vice-Presidente de Assuntos Legislativos** - MARIA SANTÍSSIMA MARQUES  
**Vice-Presidente de Mobilização** - JOSÉ PERPÉTUO DE SOUZA  
**Vice-Presidente de Aposentados e Pensionistas** - IVO ZAULI  
**Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos** - MARIA NAZARÉ FONTENELE FROTA  
**Vice-Presidente de Política de Classe, Ética e Cultura Profissional** - VERA LUCIA MIRANDA SARMET  
**Vice-Presidente de Serviço Social** - SUELI APARECIDA DIAS DE MEDEIROS  
**Vice-Presidente de Assuntos Institucionais** - CARLOS ANTONIO DE ARAÚJO  
**Presidente do Centro de Estudos Jurídicos** - ROBERTO RICARDO MADER NOBRE MACHADO

### CONSELHO FISCAL

**Presidente**  
ANTONIO JOSÉ PELÁGIO LOBO E CAMPOS  
CLECI GOMES DE CASTRO  
LIGIA MARIA DA SILVA AZEVEDO NOGUEIRA

### SUPLENTES

LUIS ALBERTO CARDOSO GAMA  
FATIMA LIDUINA SALDANHA DE CARVALHO  
SONIA CHRISTINE DE CARVALHO FERREIRA

### Representantes Estaduais:

**Acre:** CELSO DE CASTRO CAITETE; **Alagoas:** HERÁCLITO GOMES PORANGABA; **Amazonas:** TEREZINHA RODRIGUES DOS SANTOS; **Bahia:** PEDRO DE ALCANTARA SOUZA LACERDA;  
**Ceará:** SAMUEL ALBUQUERQUE RODRIGUES; **Distrito Federal:** ELIZABEHT REGINA LOPES MANZUR; **Espírito Santo:** MARIA DAS GRAÇAS LAGARES DE SOUZA GRATZ; **Goiás:** EULINA DE SOUSA DORNELLES BERNI; **Maranhão:** LEDIAN MARIA SILVA MENDES; **Minas Gerais:** LUZIA CECÍLIA COSTA MIRANDA; **Mato Grosso do Sul:** ADRIANA MARIA DE CASTRO RODRIGUES; **Mato Grosso:** JOILCE FIGUEIREDO LAGRECA;  
**Pará:** LUIZ CARLOS MARTINS NOURA; **Paraíba:** RAIMUNDO DE ALMEIDA JUNIOR; **Pernambuco:** MARIA ANTONIETTA DUARTE SILVA; **Piauí:** FRANCISCO MAURO DE SOUSA CARVALHO; **Paraná:** HENRIQUE CLOSS;  
**Rio de Janeiro:** MARIO OLIVEIRA DOS SANTOS; **Rio Grande do Norte:** MARIA ANGELA FARIAS DE LUCENA PRADO; **Rio Grande do Sul:** OSCAR JOSÉ TOMASONI MONTEIRO DE BARROS;  
**Santa Catarina:** ENI TEREZINHA ARAGÃO DUARTE; **Sergipe:** JOSE FRANCISCO COSTA;  
**São Paulo:** CLECI GOMES DE CASTRO.

**Delegados Sindicais:** **Ceará** - Helton Heládio Costa Lima Sales, **Distrito Federal** - Leopoldo Gomes Muraro, **Goiás** - Francisco Antônio Nunes, **Maranhão** - Durval Soares da Fonseca Jr., **Minas Gerais** - Luzia Cecília Costa Miranda, **Piauí** - Silvana Marinho Costa, **Rio de Janeiro** - José Maria dos Santos Rodrigues Filho, **Santa Catarina** - Sérgio Henrique Dias Garcia, **Sergipe** - Alberto Lourenço de Azevedo Filho